

O PROEJA-FIC PRONATEC EM GOIÂNIA: PRIMEIRAS IMPRESSÕES ACERCA DO PERFIL DO EDUCANDO

Ana Paula de Aguiar¹
Mara Franco de Sá²

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar as primeiras impressões acerca do perfil do educando do Programa PROEJA-FIC/Pronatec e os seus desafios para a construção do currículo integrado em uma das escolas Municipais da Rede Municipal de Educação em Goiânia. Ao longo da discussão apresentaremos uma breve reflexão sobre o currículo integrado na Educação de Jovens e Adultos. Em seguida realizamos um diálogo entre os dados coletados e literatura voltada ao tema. Autores como Kuenzer (1997), Machado (2010), Oliveira (2005), entre outros contribuem para a nossa fundamentação teórica. Por fim, esse percurso nos permite compreender o currículo integrado como uma possibilidade de formação contra-hegemônica dos trabalhadores diante da lógica imediatista do mercado.

Palavras-chave: Currículo Integrado; Educação de adolescentes, jovens e adultos; Educação e trabalho.

ABSTRACT

This article presents the first impressions about the profile of the student's program PROEJA-FIC/Pronatec and its challenges for the construction of an integrated curriculum in one of the local schools of the Municipal Education in Goiania. Throughout the discussion we present a brief reflection on the integrated curriculum in Youth and Adults. Then we conducted a dialogue between the data collected and literature dedicated to the subject. Authors like Kuenzer (1997), Machado (2010), Oliveira (2005), among others contribute to our theoretical framework. Finally, this course allows us to understand the integrated curriculum as a possibility of counter-hegemonic training of workers before the logical immediate market.

Key- word: Integrated Curriculum; Education of adolescents and young adults, Education and work.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar as primeiras impressões acerca do perfil do educando do Programa PROEJA-FIC/Pronatec – parceria realizada entre a Secretaria de Educação do Município de Goiânia (SME-GO), o Instituto Federal de Goiás (IFG) e a Universidade Federal de Goiás. Os dados apresentados compõem uma das primeiras ações realizadas pelos docentes da SME-GO que atuam como bolsistas na seguinte pesquisa: Desafios da Educação de Jovens Adultos integrada à Educação Profissional: identidades dos sujeitos, currículo integrado, mundo do trabalho e ambientes/mídias virtuais, coordenada pela UFG. Os dados foram obtidos mediante a aplicação de

¹ Mestre em Letras pela UFG, docente da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Docente na Faculdade Araguaia.

² Doutoranda do PPGE/UFG, mestre em Educação (UnB), docente da Secretaria de Educação do Distrito Federal

questionários aos educandos de uma das escolas integrantes do programa durante o 1º semestre deste ano.

Com o objetivo de situar o leitor, abordaremos o processo de implantação do Proeja FIC/Pronatec na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME), incluindo a adesão das escolas e a inserção de professores das mesmas na pesquisa da UFG.

Em 2012, o Departamento Pedagógico da SME, sob a coordenação da Divisão de Educação Fundamental de Adolescentes Jovens e Adultos (DEF-AJA), iniciou o diálogo junto às escolas, a fim de estabelecer a parceria para implementar os Programas Proeja FIC/Pronatec. Trata-se da extensão de uma experiência realizada desde 2010, de Educação Profissional (EP) integrada a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na área de alimentação, em outra escola da SME. Segundo o Portal do Fórum Goiano de EJA (2013, p. 1):

Em 2012 a experiência do Proeja FIC – da Escola M. T. I. Jardim Novo Mundo, do período de 2010 a 2012 -, realizada no Município de Goiânia, na parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e Universidade Federal de Goiás (UFG), que foi acompanhada pela pesquisa do Centro Memória Viva Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro-Oeste (CMV), após avaliação dos questionários e entrevistas com alunos e professores, e discussão entre as instituições parceiras, apontou para a ampliação do atendimento da Educação Profissional, através do Proeja FIC/Pronatec para 10 escolas.

Para a extensão do atendimento dos programas foi proposto o movimento de adesão das escolas, o que foi realizado coletivamente pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, com a contribuição das Unidades Regionais de Ensino (UREs) e autonomia da escola em decidir coletivamente sobre a adesão ou não ao PROEJA-FIC/Pronatec. Consultadas as escolas quanto ao atendimento da EJA integrada com a EP, percebeu-se que era interesse também destas, por ser uma possibilidade de discutir com os alunos sobre o mundo do trabalho, iniciando o acesso à EP, uma das demandas dos educandos, possibilitando-lhes a formação continuada nas áreas em que já atuam, bem como aos jovens que ainda não estão trabalhando, buscando a preparação para inserção crítica no trabalho.

Ao efetivar a adesão, a escola passou pelo levantamento da demanda profissional, com base no contexto da comunidade. Para tal a SME e a UFG, aplicaram um questionário junto aos alunos, levantando os cursos de interesse, sendo escolhidos os dois mais votados, em cada escola, quais sejam: Operador de Computador, Mestre de Obras, Eletricista Industrial, Auxiliar de Cozinha e Modelista. Foram ofertados dois

curso por escolas, com até cinco turmas em cada. A escuta e levantamento da demanda profissional na escola, a qual se refere os dados aqui apresentados, culminou na escolha dos cursos de: Operador de Computador e Modelista.

O processo de implementação dos programas envolve instituições fundamentais para a mediação do diálogo junto com as escolas participantes. A FE/UFG tem se comprometido no trabalho de formação continuada; o IFG subsidia com a estrutura de contratação de profissionais (da EP e apoios) e também contribui na formação continuada dos mesmos; e a SME, via DEF-AJA, atua no acompanhamento pedagógico e administrativo das escolas jurisdicionadas.

Ainda como parte do processo de implantação do PROEJA- FIC/Pronatec a UFG apresentou, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), um projeto de pesquisa no Edital do Programa Observatório da Educação - OBEDUC 2012³ da Capes, no qual constava a participação de 10 professores da educação básica, apoiados com bolsa, para atuarem como pesquisadores das escolas integrantes da parceira, sendo um de cada escola, para participar na investigação e sistematização da experiência destas escolas. O projeto prevê, neste primeiro ano, proporcionar aos professores espaço de estudos e pesquisas orientados, com vistas a contribuir com o aprofundamento de leituras referentes à EJA, sistematização e problematização, através de atividades individuais e coletivas. Assim como acompanhar a implantação das políticas públicas voltadas ao PROEJA no Município de Goiânia.

Com base nas análises buscaremos elementos para refletir sobre o seguinte questionamento: Quais os desafios do Programa PROEJA-FIC/Pronatec em Goiânia diante do perfil do aluno?

Para a apresentação de nossas reflexões, dividimos o artigo em duas partes. Na primeira tratamos do currículo integrado na EJA. Na segunda, discorreremos sobre os dados acerca do perfil do educando. Esperamos que nossas reflexões, mesmo que iniciais, possam contribuir com o debate educativo voltado para os trabalhadores.

³ Trata-se do Edital nº 49/2012, da pesquisa “Desafios da Educação de Jovens Adultos integrada à Educação Profissional: identidades dos sujeitos, currículo integrado, mundo do trabalho e ambientes/mídias virtuais”, sob a coordenação da Faculdade de Educação da UFG. em que as universidades foram contempladas com financiamento para o período de 2013 a 2016 (UFG, 2013, p.1).

Na atualidade é cada vez mais comum a ênfase atribuída às responsabilidades da educação formal, entre elas se destacam os discursos da mídia sobre a preparação para o mundo do trabalho. Além da percepção de que os cidadãos que não cursaram a escola na época compreendida como adequada enfrentam mais dificuldades econômicas. Essa compreensão coloca a formação para o trabalho na pauta de discussões da sociedade. Assim, a educação profissional e a educação de jovens e adultos adquirem um espaço de debate que expressa concepções políticas sobre o desenvolvimento dessas modalidades de ensino. Onde de um lado encontram-se os interesses dos grupos ligados ao setor privado e de outro os que lutam em defesa da educação pública.

É nesse cenário que o PROEJA foi instituído pelo Governo Federal, tendo como contexto os debates sobre o retorno da oferta de cursos de ensino médio integrados à educação profissional. A Portaria nº 2.080 de 13 de junho de 2005 definiu as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional integrada com o ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos nas escolas da rede federal de educação profissional, atualmente denominados Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

A articulação entre a EJA e a Educação Profissional tornou-se um programa de governo mediante o decreto 5.478/2005 que previa a destinação de 10% das vagas oferecidas na rede federal de educação profissional para o ensino médio integrado à educação profissional para jovens e adultos. Em 2006, é revogado esse decreto e promulgado o Decreto 5.840 que amplia a abrangência do programa para os sistemas de ensino estaduais e municipais, nos níveis fundamental e médio.

A integração curricular realiza o encontro entre duas modalidades de ensino que foram mantidas afastadas ao longo das políticas educacionais no país, apesar de ambas possuírem em seus quadros trabalhadores que buscam inserção social mediante o ingresso na escola e no mercado de trabalho.

A proposta de integração da Educação Profissional e a EJA estabelece outro avanço ao buscar romper com a dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro, que destina aos mais pobres uma formação profissional aligeirada. Além da visão de que o ensino destinado aos trabalhadores tenha apenas o caráter de suplência. A ruptura com essas concepções cria a expectativa de construção de uma escolarização

formal que tenha o trabalho como princípio educativo, buscando também os fundamentos da pesquisa durante o processo formativo dos estudantes-trabalhadores.

Os compromissos educacionais assumidos pelo Brasil internacionalmente de elevação da escolarização dos trabalhadores exige reflexões sobre o modelo de organização das escolas e dos espaços destinados à oferta da EJA, uma vez que os dados oficiais demonstram que um número significativo de estudantes retorna a escola tendo o trabalho como elemento impulsionador dessa busca, mas por outro lado a dinâmica tradicional da escola não dialoga com a realidade desses estudantes.

A dualidade educacional brasileira é frequentemente relatada na literatura da área, sendo que a educação das camadas populares representa essa explícita contradição dos interesses entre capital e trabalho. O dualismo brasileiro tem suas raízes na escravidão moderna aqui implantada com o processo de colonização e na percepção degradante do trabalho. O passado escravista brasileiro contribuiu para a discriminação dos descendentes dos negros e que aliada ao desprezo com o trabalho contribuíram para o descaso com a educação formal dos trabalhadores.

A concepção de que a educação a ser oferecida às camadas populares deve cumprir um papel de transformação social, no entanto sem que se altere a estrutura social capitalista, reforçou as práticas instrumentais que objetivavam a instrumentalização dos trabalhadores para o atendimento das necessidades mercadológicas do momento. Segundo Machado (2010) essa concepção de formação para o trabalho dissimula a divisão hierárquica capitalista que define o lugar social dos sujeitos. Assim, a formação instrumental para o trabalho contribui para a reprodução de um modelo de sociedade que não possibilita a inclusão participativa dos trabalhadores no processo produtivo, oferecendo uma formação profissional às camadas populares dentro do modelo de reprodução das desigualdades típico do mundo capitalista.

Todavia, é preciso ressaltar que os paradigmas que sustentam o caráter dualista da educação foram historicamente construídos e enfrentaram resistências. Assim na perspectiva dos trabalhadores, a educação para o trabalho deve se constituir numa preparação dos indivíduos em seres coletivos e históricos e, portanto, tornando-se necessária uma formação técnica aliada à base científica, o que requer a integração da preparação técnica à formação geral. Essa perspectiva compreende a formação para o trabalho como uma das dimensões educativas do processo de formação humana e concebe a educação profissional como um direito social, assim como o acesso a educação básica para os grupos populares.

A concepção da educação profissional como um direito e não apenas como uma medida assistencialista e compensatória revela as distintas visões sobre a natureza dessa modalidade de ensino, assim como os diferentes interesses políticos presentes nesse debate, ou seja, de um lado os trabalhadores, de outro, os interesses do capital.

Essas distintas visões acerca da formação para o trabalho demonstram a dinâmica de resistência dos trabalhadores quanto ao processo de exploração produtiva e a luta em defesa de uma educação unitária que, segundo Kuenzer (1997) deve garantir uma educação integrada que associe inicialmente a cultura geral para todos.

A nova determinação legal sobre a integração curricular no Brasil promove o encontro das modalidades de ensino que tem a classe trabalhadora com público-alvo, no caso a educação profissional e a educação de jovens e adultos. Essas duas modalidades são sempre apontadas como representativas do caráter dualista e excludente da educação brasileira. Pois, àquela foi historicamente destinada aos desvalidos, aos pobres como um meio de ascensão social; já esta esteve constantemente vinculada a noções compensatórias e assistencialistas. O desenvolvimento de práticas educativas compensatórias que reforçaram o processo de reprodução da exclusão, típico da sociedade capitalista, pode ser apontado, como a marca das ações voltadas tanto para a educação de jovens e adultos quanto para a educação profissional.

As discussões sobre currículo integrado, segundo Machado (2010), aproximam duas modalidades de ensino que historicamente estiveram suas políticas distanciadas. Segundo a autora, o distanciamento entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos é elemento fundamental para a “compreensão da contraditória trajetória dessas modalidades que vivenciam, nos últimos anos, uma indução da política educacional, pela criação do PROEJA, que possibilita a oferta de educação integrada” (Machado, 2010, p.153).

A autora destaca que os debates em torno da educação integrada fomentaram a construção de itinerário educativo para jovens e adultos na modalidade EJA que rompe com as noções utilitaristas do aprender a ler e escrever ou das concepções

De que os adultos e jovens, em defasagem de escolaridade, tem pressa para ter um certificado ou diploma, por isso o que se oferece a eles, em termos de escolarização, é proposto em tempo reduzido e com conteúdo menor do que é oferecido a crianças e a adolescentes (Machado, 2010, p. 156).

Assim diante de uma concepção de formação integrada que compreenda o processo educativo como um espaço de diálogo entre os sujeitos sociais ali presentes,

requer que os educandos sejam considerados interlocutores, pois “a integração se faz com sujeitos concretos e históricos. Que, independente das formas hegemônicas de organização da sociedade, produzem, compreendem, interpretam a vida e dão respostas aos desafios por ela colocados.” (Machado, 2010, p. 157)

A instituição do PROEJA representa a defesa de uma educação integrada a sujeitos sociais que estão tanto a margem da sociedade quanto dos sistemas educacionais e produtivos e que explicitam as diversas formas de apartação da sociedade brasileira não se restringe apenas o acesso aos bens econômicos, sociais e culturais. Mas também as múltiplas formas de inclusão precária.

Machado (2010) destaca que o PROEJA é um significativo instrumento de mobilização, mas ainda não representa a solução para a formação dos trabalhadores, devido aos inúmeros condicionantes que ainda se fazem presentes - tanto econômica quanto socialmente - na sociedade brasileira e que se ligam a história dos sujeitos da educação de jovens e adultos. Assim podemos afirmar que a integração entre essas modalidades de ensino, e as diversas experiências locais voltadas para sua implantação têm como desafio a defesa da educação como direito de todos e construção de uma trajetória de inserção que garanta aos trabalhadores uma educação formal que ultrapasse as práticas mercadológicas e compensatórias presentes em diversas outras experiências da educação brasileira.

O perfil do educando: o que revelam os dados?

É fundamental neste movimento de experiência da parceria do Proeja FIC/Pronatec compreender o perfil do educando que vivencia a construção do currículo integrado em uma escola da Secretaria municipal de Educação em Goiânia. Os dados apresentados resultam da aplicação de questionário a 86 alunos e objetivava conhecer o perfil do aluno de uma das escolas participantes do programa.

A reflexão sobre os dados vão ao encontro do movimento realizado pelo grupo de pesquisa *Observatório da Educação Projeto: Desafios da Educação de Jovens Adultos integrada à Educação Profissional: identidades dos sujeitos, currículo integrado, mundo do trabalho e ambientes/mídias virtuais*, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). Apresentamos, então, o que nos dizem os dados referentes ao perfil do aluno da escola selecionada para essa discussão.

A sistematização dos dados revela uma predominância masculina na escola, onde temos um percentual de 56% de alunos do sexo masculino, contra 44% de alunas. Esta categoria é fundamental ao pensarmos a procura de jovens e adultos pela escola é uma decisão que envolve as famílias, padrões, acesso, distâncias entre casa e escola. Além de possibilitar que o corpo docente reflita sobre a especificidade dos educandos matriculados.

Outro elemento importante diz respeito à família e a sua constituição, onde 34% dos educandos declararam ter filhos. Esta realidade atinge diretamente o campo escolar visto que as alunas, prioritariamente, necessitam levar as crianças no momento das aulas alegando não ter onde deixá-las e influência na permanência das educandas na escola.

Ao considerar a realidade deste sujeito a tendência é adentrar em informações subjetivas as quais indicam a situação desfavorável no aspecto econômico. As respostas apontam que 58% dos alunos possuem renda familiar de até 1 salário mínimo; 22% afirmam receber de 1 a 3 salários e 12% de 3 a 5 salários. Se articularmos esse dado ao de moradia, no qual 49% dos participantes declararam habitar uma residência alugada é possível inferir que os educandos apresentam dificuldades financeiras.

A questão da inserção no mundo do trabalho nos auxilia também a complementar a afirmação acima, pois os dados apontam que 43% dos alunos possuem alguma atividade profissional, sendo destes apenas 38% apresentam carteira assinada e 5% não são registrados. Já 57% dos educandos afirmaram não possuir atividade profissional. Os questionários nos revelam ainda que embora tenhamos uma escola composta na sua maioria por educandos oriundos da capital de Goiânia, há também um percentual de 24% de integrantes que deixaram o interior do Goiás. Assim como é significativo o contingente de 26% de educandos vindos de outros estados. Além disso, o cenário descrito é explicitado quando 54% dos que responderam ao questionário aplicado também afirmaram procurar a escola devido às exigências do mundo do trabalho, seja para buscar um emprego, “para vencer na vida” como declararam, ou por exigência do trabalho atual. Esse mesmo percentual representa os que precisaram interromper os estudos em alguma etapa de sua formação escolar. Essas informações nos sinalizam uma urgente sensibilização pública quanto ao cenário econômico vivenciado pelos educandos, onde a questão do trabalho e a luta pela sobrevivência se manifestam explicitamente nos números apresentados.

As questões ligadas à exploração do mundo do trabalho revelam-se ainda nas afirmações de 30% dos educandos que deixaram de estudar devido à incompatibilidade

entre trabalho e estudo. Assim como dos 19% que afirmaram que abandonariam a escola ainda esse ano em decorrência do cansaço gerado pelo trabalho. O mesmo motivo é apresentado por 7% quando questionados acerca das razões da baixa frequência nesse ano letivo. Nesse mesmo item, outros 16% responderam que a distância da escola e do trabalho seria a responsável por suas ausências. Já para 14%, o horário de funcionamento da escola é incompatível com seu cotidiano e impossibilita a presença diária. Os elementos apontados nos levam a crer que o emprego desses educandos-trabalhadores revela-se um elemento fundamental na continuidade de seus estudos e que a escola e seus profissionais não podem ignorar esse aspecto.

Ao buscarmos refletir sobre as questões diretamente ligadas ao cenário escolar, temos alguns dados interessantes como, por exemplo: o fluxo de matrículas, as motivações quanto à permanência e abandono da escola, e as dificuldades de aprendizagem. Quanto ao primeiro item, os dados apontam que 52% dos educandos matriculados na escola em questão são veteranos, contra 48% de novatos. Sobre a situação escolar do ano anterior, 32% declararam que conseguiram aprovação. No entanto, ao somarmos os outros percentuais é possível detectar um percurso de interrupções no processo escolar. Pois, ocorreram 20% de reprovações, 13% deixaram a escola. Já o segundo item nos permite uma visão mais otimista, já que podemos 84% manifestam uma percepção positiva quanto aos motivos de permanecerem na escola. Embora, as razões elencadas para o abandono dos estudos nesse ano também sejam significativas já que 15% dos educandos afirmaram que têm vergonha de expor suas dificuldades ao professor e 8% declararam que os docentes apresentam dificuldades didáticas, o que os desmotiva.

Diante da realidade do aluno em ter, neste contexto, a oportunidade de frequentar a EJA integrada ao ensino profissionalizante podemos, então, concordar com a afirmação no que tange a essa modalidade de ensino e o mundo do trabalho presente em Brasil (2002) que afirma que os jovens compreendem a escola como uma instituição importante na elevação da escolaridade e que por isso buscam programas que contribuam com esse objetivo.

Os dados apontam também que os jovens não buscam ou retornam a escola apenas como um mecanismo de inserção no mundo do trabalho, mas também como uma estratégia de socialização e convivência saudável com outras pessoas, sendo que este aspecto contribui para a permanência do educando no universo escolar. Esta afirmação pode ser melhor compreendida diante da perspectiva de 61% dos

participantes de seguir com sua escolarização, sendo que 32% declararam procurar a escola para adquirir novos conhecimentos. Este quadro revela que o educando da EAJA encontra na escola a referência para sua formação e conclusão dos estudos, uma vez que “ser escolarizado é condição básica para participar da sociedade com relativa independência e autonomia” (Brasil, 2002, p. 94).

Sobre a relação entre ensino-aprendizagem na EJA, Oliveira (2005) afirma que o nível de competência do adulto depende de uma série de fatores: sua condição de saúde, motivação, experiência profissional e outros. Estes aspectos, somados às diferentes habilidades, dificuldades, inserção no mundo do trabalho e maior vivência, permitem ao adulto a capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre o seu processo de aprendizagem. No entanto, para o jovem, a socialização é essencial e contribui para o desenvolvimento cognitivo. Aqui chamamos a atenção para o fato de que a não compreensão desta centralidade do convívio social, por parte dos professores, pode comprometer ou até mesmo inviabilizar o trabalho pedagógico.

Os dados apontam ainda o quanto é significativo para o aluno da EAJA o ambiente escolar, pois mesmo diante das dificuldades relacionadas ao cansaço, devido à jornada de trabalho, 61% dos alunos está disposta a superar esta condição. De acordo com Barreto (2006),

Grande parte dos alunos jovens e adultos, que busca a escola, espera dela um espaço que atenda às suas necessidades como pessoas e não apenas como alunos que ignoram o conhecimento escolar. Por outro lado, todos eles acreditam que a escola possa imprimir-lhes uma marca importante e por isso a aposta (p.9)

A conversa preliminar a qual nos propomos a realizar obriga o repensar de nossas concepções no que tange a identidade de um curso de EJA. É fundamental compreender que “os alunos jovens e adultos possuem características específicas, pois suas experiências pessoais, bem como sua participação social, não são iguais às de uma criança” (Brasil, 2002, p. 87). Diante do cenário para a composição curricular “estimular, valorizar e oferecer subsídios para enriquecer as manifestações e produções dos alunos contribui para que eles se reconheçam como produtores de cultura” (idem p. 88). Reconhecer este aluno e suas potencialidades requer um diagnóstico o qual pode ser utilizado como meio de elaboração e planejamento de práticas pedagógicas significativas que vão ao encontro do perfil específico do jovem e do adulto. A fim de primar pela adoção de metodologias e estratégias significativas para o jovem e o adulto é necessário refletir diante das palavras de Andrade (2004) quando dialoga sobre o

retorno do aluno (embora o destaque seja para o aluno jovem, entendemos ser oportuno também para o aluno adulto) ao sistema educacional

Valorizar este retorno é fundamental para torná-lo visível, já que representa a chance que, mais uma vez, esse jovem está dando ao sistema educacional brasileiro de considerar a sua existência social, cumprindo o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros terem acesso à escolaridade básica (p. 51)

A defesa do acesso e da permanência à escola, assim como da formação para o trabalho são elementos essenciais em um processo democrático e nos obriga a refletir sobre o nosso papel enquanto profissionais da educação, em especial na EJA, diante de uma formação que supere o imediatismo do mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva da construção do currículo integrado podemos considerar que a compreensão do perfil do educando é fundamental e que o diagnóstico realizado a partir da análise dos dados nos auxiliam a compreender os percursos vivenciados pelos educandos, tomando-os como base e ponto de partida para o desenvolvimento da proposta de parceria realizada entre as instituições.

A articulação na construção do currículo integrado se mostra significativa na medida em que os dados nos apontam a necessidade de buscarmos a construção de um currículo que possibilite ao educando a compreensão de seu universo social. Assim como uma formação que inclua seus saberes e ao mesmo tempo os amplie.

Por fim, podemos afirmar que a experiência da parceria que se materializa na escola lócus dessa investigação aponta uma urgente necessidade de reflexão por parte dos diferentes sujeitos da pesquisa quanto à situação vivenciada pelos educandos, tanto em seus aspectos econômicos quanto em suas trajetórias, percepções e perspectivas escolares para que assim possamos construir coletivamente uma proposta curricular que ofereça aos educandos uma escola que compreenda as dificuldades vivenciadas pelos sujeitos que a procuram, quanto reflita sobre as incertezas vivenciadas pelos educandos-trabalhadores, garantindo assim que no retorno à escola esses educandos não tenham obtenham apenas uma certificação escolar. Mas, também possam também receber uma formação mais humana e que ultrapasse as ações educativas imediatistas voltadas para o atendimento ao mercado de trabalho. Para preocupação deve ser presente nas diversas etapas do processo formativo voltado aos adolescentes, jovens e adultos caso se deseje

construir uma alternativa que possibilite a esses sujeitos estratégias de enfrentamento a lógica do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Eliane Ribeiro. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: OLIVEIRA Inês Barbosa; PAIVA, Jane. Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004 (PP. 43-54)

BARRETO, Vera (coord). Alunas e alunos da EJA. Brasília. DF: MEC, 2006 (Coleção: trabalhando com a educação de jovens e adultos).

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. A Identidade de um curso de EJA. In: Proposta Curricular para a Educação de jovens e adultos; segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: introdução /Secretaria de Educação Fundamental, 2002. (v, 1, PP. 36-45;87-112) disponível em: <HTTP://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/propostacurricular2segmentov011pdf>, acesso: 17/02/12

COSTA, Claudia Borges. O trabalhador-aluno da EAJA: desafios no processo ensino-aprendizagem. Mestrado em educação PUC Goiás Goiânia, 2008. (mimeo)

KUENZER, Acácia. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões da Nossa Época)

MACHADO, Maria Margarida. Educação Integrada e PROEJA: Diálogos possíveis. Revista Educação e Realidade. Faculdade de Educação da UFRGS. V. 35, nº 1, Ano 2010. Acesso em 15 de junho de 2013.

OLIVEIRA, Marta Khol de. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: Educação como exercício de diversidade. Brasília: Unesco/MEC, Anped, 2005 (Coleção educação para todos; 7). Disponível em http://forumeja.org.br//files/Vol%2007_ed%20Ed%20Diversidade.pdf., acesso em 17/02/2012.

PORTAL DO FÓRUM GOIANO DE EJA. Proeja FIC – 2013. Goiânia, 2013. Disponível em: <http://forumeja.org.br/go/node/1512>, acesso em 20/06/2013.

Recebido em 17 de fevereiro de 2014.
Aprovado em 04 de março de 2014.